

Missão do Brasil volta a negociar com o FMI

360

Acordo deve prever um fundo de contingência e um crédito de tipo tradicional do Fundo

MONICA YANAKIEW

BRASÍLIA – Uma missão do governo brasileiro chega hoje a Washington para apresentar o programa de ajuste fiscal, anunciado na quarta-feira e negociar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). “Será um único entendimento, possivelmente com duas partes: uma delas, envolverá a criação de um fundo de contingência, e a outra, um acordo do tipo mais tradicional” disse ao Estado o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. “As negociações serão concluídas em menos de um mês.”

O primeiro passo da missão – chefiada pelo secretário de Política Econômica da Fazenda, Amaury Bier – será redigir uma carta de intenções. As principais metas, aliás, já foram acertadas com o FMI. O governo prometeu superávits primários do setor público (resultado das receitas menos as despesas, exceto juros) de 2,6% do Produto Interno Bruto (PIB) para 99. Em 2000, o superávit será de 2,8% e, em 2001, de 3%.

“A carta de intenções é a base de partida para qualquer acordo com o FMI”, explicou o secretário de Assuntos Internacionais da Fazenda, Marcos Caramuru, que também participará das negociações.

Uma vez que esse documento tenha sido analisado, os técnicos do FMI farão um programa para o



Kathia Tamanaha/AE

AMAURY BIER

Amaury Bier: principais metas do País já foram acertadas com o FMI

DISCUSSÕES DO G-7 PODEM INFLUIR NO ACERTO

Brasil, que o governo brasileiro espera que seja diferente dos negociados até hoje.

Trata-se de um “acordo preventivo”, que envolve um volume de recursos muito maior que o habitualmente negociado e taxas de juros diferenciadas. “Pode ser que esse fundo de contingência nunca precise ser usado, mas o dinheiro terá de estar à disposição para ser liberado no ato, se necessário”, explicou Parente. “Estamos ainda desenhando o acordo e é cedo para falar em prazos ou quantias.”

Segundo Caramuru, muitos dos elementos que podem ser incorporados a esse novo acordo foram mencionados no comunicado divulgado ontem no fim da reunião do Grupo dos Sete (G-7) países mais ricos. “O

documento menciona muitas ideias que vêm sendo defendidas pelo Brasil, como a necessidade de pôr em prática mecanismos para prevenir as crises e evitar o contágio”, disse. Algumas decisões do G-7, afirmou Caramuru, podem servir para lançar novas bases para as discussões em Washington.

Mais dinheiro – Caramuru lembrou que quando o Brasil iniciou suas negociações com o FMI, há alguns meses, a situação era outra: o Fundo só tinha US\$ 9,5 bilhões disponíveis e podia contar com outros US\$ 45 bilhões, lançando mão do General Agreement do Borrow (GAB) e do New Agreement do Borrow (NAB) – dois mecanismos que só podem ser usados com o consentimento dos países membros. “Hoje a situação de liquidez do FMI é outra”, disse, pois os demais países do G-7, além dos EUA, vão aumentar sua contribuição para o Fundo.